

Sociedade Portuguesa Contemporânea 41056

Orientações para o estudo

PARTE II. Para conhecer a sociedade portuguesa: conhecimento empírico, descrição e interpretação

Tema 3. População e processos de reconfiguração territorial

Este tema do programa curricular aprofunda a caracterização sociográfica apresentada de forma panorâmica no tema 1. A evolução social em Portugal. O período histórico de incidência é o mesmo, nomeadamente, as décadas de 1960s a 1990s. Os dados apresentados por Fernando Luís Machado e António Firmino da Costa deixam claro que, neste período, a sociedade portuguesa experienciou transformações estruturais profundas. Contudo, estes dados permitem também observar que, por um lado, há continuidades no meio das rupturas sociais verificadas, e, por outro lado, apesar destas transformações, a sociedade portuguesa permanecia, na década de 1990, tal como hoje permanece, numa situação “semi-periférica”.

Uso este termo, “semi-periferia” ou semi-periférico/a”, no sentido que lhe é dado pela escola do sistema-mundo de Immanuel Wallerstein *et al.* e que, em Portugal, foi amplamente desenvolvida no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra por Boaventura de Sousa Santos e diversos outros autores. De forma breve, para Wallerstein *et al.*, um sistema-mundo é um agregado de entidades políticas ligadas por relações económicas, culturais, *etc.*, desiguais que formam uma totalidade histórica. As entidades políticas que compõem um sistema-mundo – não só, mas destacadamente, os Estados-nação – ocupam posições estruturais diferenciadas, mas interdependentes. Os Estados centrais são aqueles que detêm um controlo mais significativo sobre os recursos político-económico-culturais, enquanto que os periféricos estão no pólo oposto – as suas populações são pobres, os recursos existentes no interior das suas fronteiras nacionais são explorados e apropriados por outros Estados (centrais ou semi-periféricos) e, em geral, estão numa relação de profunda dependência face aos Estados centrais por questões de desigualdade (e injustiça) histórica. Entre um pólo e o outro, encontramos a semi-periferia do sistema-mundo, *i.e.*, aqueles Estados que, em simultâneo, têm características centrais e periféricas (*e.g.*, têm elevadas taxas de escolarização, mas também elevadas taxas de pobreza), relacionando-se com os Estados periféricos como se fossem centrais, mas apenas podendo relacionar-se com os Estados centrais numa condição periférica. Muitas vezes, os Estados semi-periféricos realizam um papel de mediação à escala do sistema-mundo entre o centro e a periferia, quer ao nível geopolítico (pense-se no papel de mediador desempenhado por Portugal, através da NATO ou da UE, entre os Estado Unidos da América, Inglaterra, ou Alemanha e as antigas colónias portuguesas), quer a nível económico (os Estados semi-periféricos exploram e apropriam-se dos recursos de Estados periféricos, mas esses recursos transitam para Estados centrais – pense-se no papel desempenhado por Portugal e, sobretudo,

Espanha na extracção colonial de metais preciosos no continente Americano, metais esses que eram usados para pagar dívidas a Inglaterra, Flandres ou às cidades-Estado italianas).

Portugal é, sem dúvida, um Estado semi-periférico. Muito graças à sua pertença à União Europeia, Portugal encontra-se numa posição privilegiada face à periferia, mas está na periferia da UE. Muitas das características da sociedade portuguesa são semelhantes às dos Estados centrais, mas muitas são também extremamente parecidas com as dos periféricos.

Apesar das transformações céleres e profundas experienciadas desde a década de 1960s, a sociedade portuguesa permanece economicamente mais pobre do que as economias nacionais mais ricas da Europa e do resto do mundo. E, ainda que diversos indicadores tenham conhecido alterações significativas e rápidas no sentido de aproximação às características dos países centrais, a sociedade portuguesa não só se mantém aquém do patamar destes países como as alterações experienciadas foram mais significativas devido ao patamar de partida da sociedade portuguesa. Em meados do século XX, na esmagadora maioria do país, a vida permanecia, em larga medida, muito semelhante ao que fora séculos antes – tratava-se de uma sociedade rural, analfabeta, paupérrima, com desigualdades pronunciadas e dificilmente alteráveis ao longo das biografias individuais ou na sucessão das gerações, sem estradas e com poucas vias férreas, sem acesso a cuidados médicos, usando tecnologias conhecidas há séculos, com uma elevadíssima taxa de mortalidade e uma elevada taxa de natalidade. Longe de ter sido um acaso histórico, esta forma da sociedade portuguesa foi activamente estimulada durante o Estado Novo e as consequências disto continuam hoje a sentir-se.

No final do Estado Novo e, sobretudo, após a revolução de 25 de Abril de 1974, vemos uma série de modificações concomitantes em Portugal. Ocorrem alterações demográficas enormes: diminuem as taxas de mortalidade infantil, de natalidade e de fecundidade (baixando esta última para um valor inferior ao de 2,1 filhos por mulher que é necessário para a reprodução das gerações), bem como envelhece a população. Deparamo-nos com uma tendência de urbanização, sobretudo, nas cidades do litoral, que é acompanhada pelo êxodo rural, levando ao despovoamento do interior do país. Aumenta a escolarização da população, ainda que de modo heterogéneo consoante a classe social. A par deste aumento, verifica-se uma recomposição socioprofissional significativa, com profissões a desaparecer ou a perder peso comparativo (*e.g.*, as profissões agrícolas), bem como com outras a aparecer ou a ganhar peso (*e.g.*, as profissões ligadas à prestação de serviços). Vemos igualmente uma entrada massiva das mulheres quer no ensino, quer no mundo do trabalho remunerado, levando a uma feminização do ensino superior (em franco crescimento global em si mesmo) e de várias profissões. A economia transforma-se, passando os serviços para o lugar de principal sector de actividade económica, e perdendo peso a agricultura, que tinha sido o principal sector de actividade durante o Estado Novo. As transformações na escola e no trabalho acarretam mudanças na estrutura de classes sociais, verificando-se um crescimento significativo das classes médias urbanas. Tudo isto foi

indissociável da formação e expansão do (incipiente e nunca plenamente realizado) Estado-Providência, não pelas políticas públicas implementadas (que expandiram os cuidados de saúde, a educação e a segurança social) como pelo seu papel enquanto entidade empregadora em Portugal.

Apesar destas transformações significativas, as continuidades históricas não desapareceram e a melhoria geral do nível de vida da maioria da população nacional (por comparação ao Estado Novo) permanece aquém do que se verifica nos Estados mais ricos da Europa e do resto do mundo. As mulheres entraram no mercado de trabalho em massa e são, em geral, mais escolarizadas do que os homens – mas as posições profissionais de topo, aquelas que controlam mais recursos e detêm mais autoridade, continuam, predominantemente, masculinas. À custa de políticas públicas, as classes médias expandiram-se, a pobreza mais atroz diminuiu e verificaram-se tendências de mobilidade social ascendente (*i.e.* a passagem de uma situação de classe menos privilegiada para uma mais privilegiada), sobretudo, na sucessão das gerações – mas isto não elimina a reprodução intergeracional dos lugares de classe entre os mais pobres, mantendo-se a classe social de origem próxima de uma sina para os mais miseráveis.

Para realizar o estudo do tema 3 da Parte II do programa curricular, deverá ler o texto indicado de seguida.

Machado, Fernando Luís; Costa, António Firmino da (1998), “Processos de uma modernidade inacabada. Mudanças estruturais e mobilidade social”, *in* Viegas, José Manuel Leite; Costa, António Firmino da (orgs.), *Portugal, que modernidade?* Oeiras: Celta, 17-44.

Tenha em mente que os materiais de apoio ao estudo disponibilizados não substituem a leitura dos textos acima indicados.

Como actividade formativa opcional (não avaliada), procure resumir as principais ideias do texto indicado como bibliografia obrigatória. Partilhe as suas dúvidas e comentários interpretativos (ancorados na bibliografia e não, meramente, comentários de senso comum) no fórum da UC para serem discutidos com a equipa docente e os/as colegas.

Dado que o texto de Machado e Costa (1998) tem um quarto de século, será interessante para os/as estudantes procurarem dados mais recentes para o actualizar. Estes poderão ser procurados, por exemplo, no Instituto Nacional de Estatística (<https://www.ine.pt>) ou na base de dados mantida pela fundação Francisco Manuel dos Santos (<https://www.pordata.pt>). Um bom exercício poderá ser pesquisar dados dos censos desde a data do texto de Machado e Costa (1998) – 2001, 2011, 2021. Explore estas bases de dados, identifiquem indicadores que vos

pareçam pertinentes, encontrem dados para eles e partilhem-nos no fórum. Expliquem porque consideram esses indicadores relevantes e que imagem de Portugal estes dados permitem ver por comparação à que é apresentada por Machado e Costa (1998). Leia e comente os comentários dos/as seus/suas colegas.

Este texto foi preparado por João Aldeia para o ano lectivo 2023/2024 da unidade curricular Sociedade Portuguesa Contemporânea 41056.



<http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>